

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
Carlos Alberto Richa
Governador

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
E COORDENAÇÃO GERAL
Cassio Taniguchi
Secretário

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES
Gilmar Mendes Lourenço
Diretor-Presidente

Emilio Kenji Shibata
Diretor Administrativo-Financeiro

Julio Takeshi Suzuki Júnior
Diretor do Centro de Pesquisa

Daniel Nojima
Diretor do Centro Estadual de Estatística

EDITORIAÇÃO

Maria Laura Zocolotti
Supervisão editorial

Ana Rita Barzick Nogueira
Diagramação

Claudia F. B. Ortiz
Revisão de texto

Stella Maris Gazziero
Projeto gráfico

O AJUSTE FISCAL DO PARANÁ

*Gilmar Mendes Lourenço**

O começo do governo Beto Richa foi marcado pela sinalização do firme propósito oficial de garantir o restabelecimento da eficiência administrativa e o saneamento das finanças públicas no Estado do Paraná, especificada na comunicação de duas linhas de ações integradas. A primeira delas correspondeu à determinação de suspensão do pagamento dos dispêndios correntes do poder executivo, cobertos com recursos de qualquer origem, por um período de até 90 dias, salvo os valores inferiores a R\$ 50,0 mil e R\$ 60,0 mil, subordinados à expressa autorização do Secretário de cada pasta e de um Comitê Especial, respectivamente. O segundo caminho compreendeu a implementação de providências visando à diminuição de pelo menos 15,0% dos gastos com o custeio da administração, exceto aqueles vinculados às áreas de saúde, segurança e educação.

Tais procedimentos, batizados pela ciência econômica de ajuste fiscal, foram empregados no Brasil a partir de 1999 e caracterizados pela perseguição da geração de saldos positivos na contabilidade primária das distintas instâncias governamentais (União, Estados e Municípios) para fazer frente aos fluxos de caixa requeridos para o cumprimento dos compromissos reservados aos juros incidentes sobre a dívida líquida do setor público, o que foi viabilizado essencialmente pela crescente subida da carga tributária.

Essa estratégia representava, na prática, uma permanente transferência de renda dos agentes produtivos (empresas e famílias) para o segmento financeiro, mediada pelo governo, o que estreitava os espaços relevantes para a canalização de haveres na direção do suprimento das demandas por inversões em capital social básico, notadamente em infraestrutura.

É exatamente esse tipo de conduta que o ajuste fiscal do princípio da gestão Richa repudiou. Nas circunstâncias atuais, trata-se da efetiva feitura da lição de casa, com o governo cortando a própria razão, sem onerar os demais atores sociais, inspirada em duas ordens de heranças indesejáveis: uma conjuntural e outra estrutural.

* Economista, diretor-presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

O eixo conjuntural abarca a observação da enorme velocidade de expansão das despesas públicas no exercício de 2010 – não plenamente capturada e/ou detalhada pelo grupo de transição, em razão das costumeiras barreiras institucionais erguidas nestes momentos –, acoplada ao atendimento dos contratos e pleitos ligados ao ciclo eleitoral, incluindo as diferentes espécies de interesses, alguns legítimos outros não, que gravitam em torno da máquina pública.

A raiz estrutural do esforço fiscal anunciado repousa na constatação do desequilíbrio crônico das contas públicas, marcado pelo predomínio das rubricas correntes e financeiras na execução dos orçamentos e pela absoluta omissão quanto à deflagração de programas de investimentos. Nos últimos oito anos, as despesas com pessoal do governo estadual subiram de 44,0% para quase 50,0% do total, enquanto os gastos com investimentos declinaram de 9,0% para menos de 5,0%.

Em idêntico intervalo, o Paraná registrou moderada inserção no estágio ascendente vivido pela economia internacional depois de 2002, acompanhado pelo Brasil a partir de 2005, o que pode ser evidenciado pelo declínio da participação do Estado no Produto Interno Bruto (PIB) nacional, de 6,4% em 2003 para 5,9% em 2009. Em uma frase: o Paraná perdeu não apenas a locomotiva do crescimento econômico, mas alguns vagões importantes aportaram em outras unidades federativas.

Diante desse quadro, parece razoável admitir o caráter crucial de restauração de um ambiente propício à multiplicação de negócios nos limites geográficos do Estado, por meio da derrubada da relação conflituosa entre as órbitas pública e privada, prevacente nos tempos recentes, e do resgate da presença e interferência política do Paraná na esfera federal, com a apresentação e defesa de projetos compatíveis com os anseios e carências da sociedade local, como a diminuição do preço dos pedágios e o fim do passeio do ICMS da energia.

Igualmente expressiva seria a recomposição dos requisitos orçamentários capazes de devolver capacidade de investimento ao setor público e ativar as economias externas exigidas pelo aparelho privado, inclusive com a celebração de parcerias. Nessa perspectiva, o ajuste fiscal em execução constitui indicação clara de alteração de posições das prioridades das iniciativas governamentais.

O enorme estoque de capital político conquistado nas urnas ensejou, ao governo Richa, a incontestável autoridade de escolha entre o consumo presente e o investimento, variável antecedente de etapas de desenvolvimento. Por certo, a decisão de contenção e racionalidade nos gastos abre flancos para a organização de mecanismos e instituições capazes de assegurar mais recursos para vitaminar a vertente dos investimentos, particularmente nos gargalos físicos e gerenciais da logística de transportes.